

MODOS DE VIDA E TERRITORIALIDADES NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Lifestyles and territorialities in agrarian reform settlements

Nelson Ney Dantas CRUZ ¹

RESUMO

Este trabalho aborda os conceitos de modos de vida e territorialidades como categorias para se investigar a luta pela vida presente no cotidiano dos sujeitos assentados do Projeto de Assentamento Divisa, localizado no município de Ituiutaba-MG. A reforma agrária não tem produzido territórios em que se perpetuem relações coesas e harmônicas entre os beneficiários de terras. No território dos assentamentos têm se materializado contradições que vão além de divergências políticas, prevalecendo diferenças culturais significativas para o caminhar da reforma agrária.

Palavras-chave: modos de vida; territorialidades; assentamentos; saberes.

ABSTRACT

This work deals with the concepts in life ways and territorialities as categories to investigate the fight for the present life in the daily one of the seated citizens of the Divided Project of Nesting, located in the city of Ituiutaba-MG. The Agrarian reform has not produced territories where they perpetuate and harmonize relations among the land beneficiaries. In the territory of the settlements if they have materialized contradictions that go beyond political disagreements, prevailing significant cultural differences to walk it of the agrarian reform.

Keywords: ways of life; territorialities; settlements; knowledge.

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Rua Carlos Alberto Bielert, nº 44 Bairro Talisman – Uberlândia-MG – CEP 38415-210. E-mail: cruzdageo@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é analisar como os assentados da reforma agrária produzem as territorialidades nos assentamentos rurais, tomando-se como referência de análise os modos de vida dos sujeitos que produzem a reforma agrária ao seu modo, de acordo com sua perspectiva de uso e apropriação da terra conquistada. Este ensaio refere-se aos resultados de uma pesquisa realizada no Projeto de Assentamento Divisa, que se localiza na zona rural do município de Ituiutaba-MG, região do Triângulo Mineiro.

A preparação para a pesquisa se deu a partir da análise de obras que tratam do estudo de geografia cultural, bem como reflexões acerca da pesquisa empírica nessa disciplina. Compreendendo seu aporte teórico-metodológico de estudo a partir de Claval (1997; 1999) e Correa (1999), teve-se a preocupação de refletir sobre dois métodos de pesquisa empírica que se tornaram essenciais ao trabalho de campo no Projeto de Assentamento Divisa. Para direcionar o trabalho empírico discutimos a história oral como método, tendo como referência Portelli (2001 e 1997) e Freitas (2002), e o método descritivo a partir dos autores Capel (1981), Santos (1999), Malinowski (1986), Da Matta (1981) e Oliveira (1996), sendo que os respectivos textos fundamentaram as bases teóricas direcionadoras dos procedimentos de entrevista com os sujeitos da pesquisa e da descrição da realidade observada.

Resolvido o problema do trabalho de campo e os procedimentos com o espaço de pesquisa, procurou-se analisar alguns estudos da reforma agrária, como conteúdo teórico relevante para se estabelecer o centro da pesquisa sobre modos de vida e territorialidades no assentamento, de modo a evitar repetições e/ou sobreposições de estudos, pois diversos trabalhos já foram desenvolvidos no Brasil sobre assentamentos rurais.

Por fim, na última parte do ensaio, seguem os resultados da pesquisa com análises acerca dos modos de vida dos sujeitos que produzem e reproduzem o território dos assentamentos. É a partir desse espaço apropriado pelos usos que os assentados reproduzem a vida e trabalham para manterem-se incluídos na dinâmica do mundo moderno, desenvolvendo práticas sociais e produtivas clivadas por aspectos tradicionais e modernos.

ABORDAGENS DAS PESQUISAS SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Na análise teórica realizada sobre estudos da

reforma agrária brasileira, pôde-se compreender que existem diversas temáticas principais em que se encaixam tais estudos. A pesquisa que desenvolvemos no Projeto de Assentamento Divisa encontra-se integrada à temática dos estudos sobre assentamentos rurais. Desse modo, realizamos uma breve análise teórica da abordagem dos conteúdos de tais obras com o objetivo de situar nossa investigação no contexto da reforma agrária, como forma de justificar a importância das pesquisas de geografia cultural em torno dos sujeitos assentados e apresentarmos os caminhos traçados para construir este trabalho científico.

Numa pesquisa desenvolvida por Zimmermann (1994) em um assentamento do Rio Grande do Sul, fica evidente que a busca por “ser colono”, almejada pelos assentados, não é uma trajetória harmônica, pois os mesmos estão submetidos a condições espaciais que representam uma barreira à concretização de seus sonhos. A reprodução de um modo de vida ligado a terra encontra entraves no projeto coletivo proposto institucionalmente pelo MST (Movimentos dos Trabalhadores rurais Sem Terra) que dirigiu o grupo assentado para a conquista da terra. De um modo geral, Zimmermann demonstra como ocorrem as divergências entre órgãos gestores (órgãos do governo responsáveis pela execução da reforma agrária) e mediadores (movimentos sociais de luta pela terra que representam os interesses dos assentados e mediam as relações com o governo) da reforma agrária e assentados, sendo esses empreendedores de novas formas de organizações associativas em torno da produção.

Em estudos realizados por Bergamasco (1994) nos assentamentos Sumaré I e Sumaré II, ambos localizados no município de Sumaré-SP, a autora constata que as trajetórias dos dois núcleos são diferentes, porém, nos dois existiram processos de reorganização no que diz respeito ao espaço produtivo.

Seu estudo sobre tais assentamentos está vinculado à questão associativa em sua organização interna, em que ela apresenta o caminho traçado pelos assentados nos rearranjos para construção do projeto associativo.

Desse modo, sua investigação trás o enfoque associativo construído, aparentemente, de forma harmônica pelos sujeitos assentados, que se adéquam às propostas associativistas para potencializarem a produtividade agrícola.

Tanto Bergamasco (1994) como Zimmermann (1994) trazem um enfoque direcionado ao processo associativista, voltado principalmente para a produção. Nesse contexto, não são enfatizados os caminhos pelos quais se desenvolvem os conflitos internos entre os su-

jeitos e seus modos de vida. Reporta-se aos aspectos do coletivo como construtores de uma organicidade que não é explicada a partir de um conteúdo cultural de formação dos indivíduos em particular que convergem para a construção de territórios. As mediações e negociações para a organização interna do assentamento são explicadas pelas aglomerações de grupos por interesse e afinidade, que se confrontam com idéias de outros grupos do próprio assentamento ou com as propostas elaboradas pelos gestores e mediadores do processo de reforma agrária. Pensando dessa maneira, poderíamos compreender que no interior dos grupos afins não há contradições, pois são apresentadas as discordâncias e divergências que emergem durante os rearranjos para a construção do coletivo de sujeitos afins, que se identificam com o processo de organização coletiva comum.

No Projeto de Assentamento Divisa existem grupos que se reúnem por afinidades, porém, foram construídos e organizados por processos contraditórios nas formas de pensar e agir que não demonstra harmonias em sua constituição. Sendo assim, dentro da cooperação por afinidades podem existir embates que resultam da divergência de formas de agir e pensar inerentes à cultura e aos processos de produção e reprodução do território, pois é nesse espaço do vivido que o conflito entre modos de vida divergentes se materializa.

Em um trabalho realizado por Ferreira Neto (2000), a participação do indivíduo em trabalhos coletivos é explicada tomando-se como referência o jogo de interesses individuais produzidos pelo viés econômico. Segundo ele, os sem-terra não podem fugir ao engajamento no coletivo, já que existem determinações impostas pelos gestores e mediadores da reforma agrária que o conduzem a tal condição. Sendo assim, o indivíduo antes de ingressar no movimento de luta, avalia custos e benefícios de participar de um grupo de reivindicação da reforma agrária.

Em seu entendimento, os aspectos econômicos seriam determinantes, já que os custos, por vez, serão sempre menores que os benefícios. Por esse viés o autor elabora fórmulas matemáticas para se explicar a relação custo benefício para participação do sem-terra na reivindicação pelo lote. O que nos chama atenção em seu trabalho é que são apresentados alguns depoimentos de sem-terra que reforça os argumentos do poder econômico como determinante das ações coletivas.

Pensar o homem como sujeito econômico anula outras possibilidades de analisar formas de relações solidárias que se estabelecem na produção do território, como foi verificado no P.A. Divisa. Podemos citar as trocas de trabalho como afronta à perspectiva

economicista individual. Tais trocas não envolvem remuneração em dinheiro, sendo que seus participantes não contabilizam o tempo de trabalho para incorporá-lo exatamente em outras trocas de serviço. Logo, estamos lidando com sujeitos complexos que não são apenas seres políticos coletivos ou estritamente econômicos e individualistas.

Outro trabalho, como o de Fabrini (2003), retrata o assentamento como um espaço do debate político, da continuidade das lutas dos camponeses articulados nos movimentos sociais de luta pela terra. Demonstra que é possível a coletividade e a organização associativa dentro da lógica de reprodução camponesa.

Segundo esse autor, o contexto da reprodução da vida nos assentamentos é organizado sob a lógica camponesa como guia das ações políticas no processo de construção e consolidação de projetos associativistas. Logo, temos um sujeito que se identifica com um modo de vida ligado a terra, mas que não se reproduz socialmente apenas pelo conteúdo individualista.

Ao contrário do individualismo ao qual se refere muitas vezes o MST, existe entre os camponeses assentados uma capacidade de coesão e construção de ações coletivas [...] (FABRINI, 2003, p. 13).

Logo, Fabrini (2003) opta por outro viés de estudo que tangencia o “ser econômico” tratado por Ferreira Neto (2000). Ele entende a categoria camponesa como uma forma política altamente coesa, cuja finalidade de ação política é manter sua reprodução mediante o espólio do capital, que em sua organização contraditória, fornece brechas para a resistência camponesa nos assentamentos de reforma agrária. Portanto, ao se tratar de campesinato, Fabrini (2000) apresenta uma análise que se reporta ao conteúdo político do sujeito assentado, sendo ele caracterizado como camponês.

Nessa perspectiva fica evidenciada a importância que a categoria camponesa possui nos assentamentos de reforma agrária, principalmente no que diz respeito à organização política coesa que o campesinato apresenta como estratégia de sobrevivência dessa categoria. Ao considerarmos os assentados como camponeses corremos o risco de desprezar as diversidades presentes nos próprios assentamentos. Da forma como nos é mostrado por Fabrini (2003) entende-se que há uma uniformidade nas maneiras de pensar e agir dentro dos assentamentos entre os próprios assentados, com diferenças de ações e pensamentos em relação às instituições que os organizam e aquelas com as quais se estabelece relações sociais.

Dentro de outra perspectiva de estudos, Neves (1997) também se preocupa com as organizações

sociais coletivas existentes no processo de construção dos assentamentos e construção do próprio sujeito assentado.

Nos trabalhos Fabrini (2003) e Neves (1997), o assentado é visto como um resultado da ação política seja do seu ser enquanto condição camponesa ou de sua sujeição às imposições e/ou reações aos mediadores que tentam organizá-los.

Tratando-se do assentado como camponês, entendemos que não se pode generalizar essa condição e/ou característica de modo a atribuí-la a todos os moradores de assentamentos. Constatamos anteriormente (CRUZ, 2006) que assentado não pode ser sinônimo de camponês ou mesmo enquadrado nessa categoria simplesmente por se tornar posseiro de um lote de terras dentro do assentamento. O trabalho de pesquisa realizado no Assentamento Bom jardim² demonstrou-nos que ser camponês exige um modo de vida próprio e que nem todos os assentados são camponeses.

A partir dessa constatação afirmamos não ser possível transportar e/ou atribuir aos assentados do P.A. Divisa uma condição a qual não se pode enquadrar seus modos de vida, o que reforça a nossa posição em direcionar a pesquisa para o sujeito particular que produz e reproduz sua sobrevivência no assentamento com ou sem experiência política ou de trabalho na terra.

Pensar o homem como sendo apenas um ser político no contexto das relações com os mediadores, que simultaneamente determinam e se subordinam às circunstâncias presentes na reforma agrária, significa percorrer um caminho que não considerará os aspectos abrangentes que se materializam no cotidiano e produzem o território. Entendemos que as pessoas que vivem no assentamento não agem ou pensam estritamente de acordo com os ditames políticos de seus mediadores. Optarmos por tomá-los como camponeses corre-se o risco de eleger como grupo humano para estudo apenas aqueles sujeitos que se enquadram no contexto político de negociações, possuidores de um modo de vida camponês ou que contribuem para a organização política do assentamento com maior expressividade.

Nossas pesquisas apontam para um sujeito que produz e reproduz a vida no território, independente de rotulações teóricas que possam designá-lo. Nesse processo estão presentes as contradições que se manifestam a partir de sua cultura materializada no território do assentamento.

Para demonstrar as contradições que se explicitam nos assentamentos, Romano (1994) entende tais

espaços como sendo um campo de lutas, em que se materializam os conflitos. Para esse autor, a ausência de conflito é apenas um estado almejado que se concretizaria em situações particulares.

No seu ponto de vista está em jogo a distância estabelecida entre situação almejada e situação vivenciada. Os conflitos nos assentamentos, do ponto de vista do governo não são comuns. Segundo o autor, isso dificulta o próprio planejamento do estado. Mas o desentendimento advindo dos embates no assentamento não é apenas produto das relações entre camponeses organizados, mediadores e gestores da reforma agrária. Os conflitos que Romano (1994) nos fala é de que esses permanecem no interior dos grupos, entre indivíduos.

Reformulando, então, essas questões apontadas pelo autor, afirmamos ser importante considerar a cultura dos assentados e os conflitos advindos do conteúdo cultural que se materializam no território do assentamento.

Em um trabalho realizado por Oliveira (2006) no assentamento Vereda I, localizado no entorno do Distrito Federal, são pesquisadas famílias de origem migrantes, que buscam uma vida melhor na cidade, mas acabam se encontrando no assentamento graças às circunstâncias de reprodução da vida no espaço urbano.

O trabalho nos apresenta outro viés sobre como abordar o assentamento e seus beneficiários, pois o autor aponta para uma compreensão mais singular da realidade adentrando-se em suas trajetórias de vida para explicar o processo de construção do território no assentamento. Entendemos que as experiências vividas pelos moradores do P. A. Divisa se relacionam a uma cultura produzida muito antes de conquistarem a terra. Desse modo, os estudos dos modos de vida se tornam relevantes para se compreender os embates produzidos nos processos de territorialização.

Compreendemos como Martins (2003), que existe um sujeito oculto na reforma agrária que não tem emergido nos discursos do estado ou mesmo dos movimentos sociais de luta pela terra. Referimo-nos ao indivíduo que possui uma experiência de vida, que produz a reforma agrária ao seu modo, à sua interpretação.

O estudo de Martins (2003) nos coloca diante da necessidade de se reconhecer um homem ou mulher como participantes ativos do processo de luta pela terra por meio da conquista para o trabalho, mas que apresentam interpretações diferentes do mundo e não podem ser homogeneizados pela teoria, mesmo que estejam engajados em grupos pequenos nos assenta-

2 O assentamento Bom Jardim está localizado no triângulo mineiro, no município de Araguari-MG. As pesquisas que realizamos neste assentamento estavam integradas ao PACTo/TM/MG (Programa de Apoio Científico aos Assentamentos de Reforma Agrária do Triângulo Mineiro) e ocorreram no período de 2004 a 2006.

mentos de reforma agrária. Partindo-se da idéia de que os beneficiários da reforma agrária são sujeitos ativos nesse processo e que não possuem uma identidade única, podemos considerar que não é possível rotulá-los com uma tipologia linear, que os determine como grupo social homogêneo.

Ao refletirmos sobre esses estudos da reforma agrária, tivemos o entendimento de que há necessidade de se acessar os assentados como particularidades relevantes no caminhar da reforma agrária e da produção do território nos assentamentos por meio da cultura. Nas análises anteriores o sujeito assentado permanece conhecido como coletivo, orgânico, coeso e pertencente a grupos de interesses que se constroem na vivência dos assentamentos. A sua face individual prevalece oculta diante das generalizações ou homogeneizações identitárias que estão travestidas no coletivo, na cooperação e na associação, sendo que as contradições advêm do conflito entre grupos possuidores de modos de vida divergentes.

MODOS DE VIDA E TERRITORIALIDADES NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DIVISA

O termo modos de vida é aqui tratado no plural por se compreender que o mesmo se refere à condição singular do indivíduo, não existindo um modo de vida que seja rural ou urbano. Sendo assim, em um grupo social teremos diversos modos de vida que podem apresentar traços semelhantes, promovendo ou não a aproximação entre os que se identifiquem com propósitos de vida similares.

Em pesquisa realizada por Fernandes (1992), intitulada “violência e modos de vida”, a autora pesquisa famílias de presos para compreender os modos de vida das mesmas e descobre que:

[...] é o trabalho que atribui sentido à trajetória familiar e à vida dos seus membros. Não obstante, neste grupo familiar, “ser trabalhador” não é traço identitário (atributo) mas, muito mais propriamente, um significante-mestre que produz, organiza e elabora inúmeras significações. (p. 3)

Nesse sentido, o modo de vida está ligado às formas de ver o mundo, interpretá-lo e agir sobre ele, buscando sentido para a existência e para a trajetória de vida no presente e no futuro. Essa definição torna-se importante à pesquisa sobre reforma agrária, pois

de acordo com nossas interpretações das observações e entrevistas, pôde-se perceber que o trabalho é uma categoria relevante para os moradores do P. A. Divisa, pois a terra foi conquistada com a finalidade de ser trabalhada, como afirma um dos assentados do P.A. Divisa:

[...] antes da gente vim pra cá a gente trabalhava como arrendatário, né. A gente plantava umas lavouras de abacaxi pequena. A gente pagava na época 20% disso. Eu também mexia com umas hortas. Nos intervalos que as roças eram pequenas a gente ia trabalhar para os outros. Às vezes trabalhava uma semana para a gente. Trabalhava quinze dias fora pra um e pra outro quando tinha serviço nas lavouras de abacaxi. E a gente fazia parte da diretoria do sindicato.³

A categoria trabalho foi o principal ponto relatado nas falas dos entrevistados. É uma postura que nos revela a preocupação deles em demonstrar que são trabalhadores, que a terra foi utilizada para a finalidade que lhes deve ser dada em primeiro lugar: a de ser cultivada. Logo, lhes cabe exercer o trabalho, pois esse é fundamental para aqueles que receberam a terra.

Os estudos dos modos de vida a partir das análises de Lobo (1992) apontam para uma perspectiva relacionada não somente à categoria trabalho, pois, segundo ela:

[...] o modo de vida tem um estatuto de conceito que propõe um fio condutor para a análise das práticas sociais, a construção simultânea e articulada de relações sociais, das representações e do campo simbólico. (p. 4)

Desse modo, pensar as práticas que sustentam o trabalho no assentamento, permite-nos desvendar as relações sociais construídas perante a habilidade dos assentados em se reproduzir como produtores rurais. Sendo assim, o modo de vida nem sempre é sustentado pelo trabalho no lote como nos é apresentado nos discursos dos assentados. As diferenças presentes nas capacidades de cultivar a terra produzem territorialidades a partir da organização associativa informal, extrapolando o estabelecimento das duas associações instituídas juridicamente no Assentamento Divisa.

Desse modo, podemos pensar as territorialidades a partir de Raffestin (1993), afirmando que

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. (p. 158).

3 Entrevista realizada com o Sr. A, proprietário do lote nº 03.

Os beneficiários de terras do P.A. Divisa eram oriundos dos municípios Canápolis, Centralina, Ituiutaba e Monte Alegre, todos localizados na região do Triângulo Mineiro em Minas Gerais, e possuíam experiências de trabalho na agricultura que contrastavam entre si. O parcelamento dos lotes ocorreu de modo que as famílias oriundas de cada município aglomerassem em glebas próximas umas às outras, constituindo territorialidades por agrupamentos de identificação, apoiando-se no elemento “origem” do município como elo de ligação que os aproximou na apropriação de parcelas, conforme representado no mapa do anexo I.

Desde o início de sua criação, o assentamento foi composto por assentados de diversas experiências de trabalho, que se distanciaram em grupos e/ou se aproximaram a partir das habilidades de se trabalhar na lavoura e na pecuária. Dentre os que pertenciam ao grupo de beneficiários existem aqueles que trabalharam na lavoura e na pecuária como assalariados rurais, os pequenos arrendatários de terras, os gerentes de fazendas agropecuárias, os empregados em atividades comerciais na cidade que nunca tiveram experiência de trabalho no campo e outros que exerciam atividades no campo e na cidade. Enfim, as experiências de trabalho dos assentados se resumem nessas classificações e vem nos demonstrar a heterogeneidade das habilidades presentes no assentamento e conseqüentemente a divergência entre modos de vida.

Logo, pode-se compreender que a produção de territorialidades ocorre a partir das habilidades em se trabalhar na terra, promovendo aproximações entre aqueles que possuem o mesmo ideal de trabalho, pois apesar das falas expressarem o trabalho como ditame da morada no assentamento, ficam ocultadas as habilidades em se plantar, colher e comercializar, que se diferenciam pelas experiências que os assentados tiveram ao longo de suas vidas.

Sendo assim, as territorialidades produzidas a partir do vivido são expressões de um conteúdo cultural próprio de modos de vida divergentes, com pontos de intersecção que os habilita territorializar espaços do coletivo, como ocorre quando um número reduzido de produtores realiza plantio em áreas pertencentes ao uso coletivo.

A venda de lotes ao longo dos oito anos de existência do assentamento incorporou novos moradores, modificando a configuração de posse das terras, conforme está representado no mapa do anexo II. Esses novos sujeitos têm sido incorporados às atividades de trabalho, porém, com algumas dificuldades, como nos

mostra a entrevista do Sr. Airton, comprador do título de posse do lote nº 15:

[...] nós foi lá no Paulinho uma vez. Só que ele não me chamou não, foi o Euclides que me falou. Ele chamou, eu falei não. aí, então, vamos lá, eu falei vou. Mas é uma reunião, igual lá, eu não cobrei nada. Mas ele não me chamou não foi pra reunião, foi pra trabalhar. Aí é diferente, aí você já recebe um pouquinho. Agora, se falar assim, um mutirão lá, você vai? Aí é diferente, mutirão, não cobra. Ele chamou a turma lá e falou: você vai ganhar o dia, aí é diferente. Igual: o Samir me chamou pra ganhar o dia. Mas se falar: vamos lá fazer um mutirão, aí é diferente. Se o cabra te chamar pro mutirão, aí é uma reunião lá que você trabalha e não tem esse negócio de cobrar não. Sem receber, foi só no Paulinho. Ele me procurou pra eu receber, mas aí eu falei: não vou te cobrar não.⁴

Pela sua fala se percebe que o trabalho é um fator de incorporação às relações sociais comunitárias que produzem aproximações entre aqueles que se identificam por conta das habilidades em se trabalhar a terra e realizar mutirões ou trocas de serviço.

Sendo assim, tomando-se os modos de vida como referência para a produção de territorialidades, podemos afirmar que as habilidades em se trabalhar a terra também se configuram como um conteúdo promotor da territorialização dos espaços comunitários, pois os conhecimentos e saberes ligados à produção agrícola potencializam a apropriação de alguns grupos de assentados pelas áreas comunitárias destinadas ao plantio coletivo.

CONSIDERAÇÕES

O estudo dos modos de vida trás uma nova abordagem para a pesquisa em assentamentos rurais. A trajetória do Projeto de Assentamento Divisa demonstra que diversas territorialidades são construídas a partir dos modos de vida. A luta pela terra é a primeira ação que se organiza coletivamente para apropriação e consolidação de um território que é posteriormente dividido em propriedade privada, criando-se novas territorialidades. A partir do estabelecimento de novas relações sociais entre os sujeitos, principalmente no que diz respeito ao trabalho, outras territorialidades são constituídas pelo processo de identificação entre os modos de vida que apresentam similaridades e diferenças em relação às habilidades de se trabalhar na terra. Desse modo, a abordagem construída tangencia

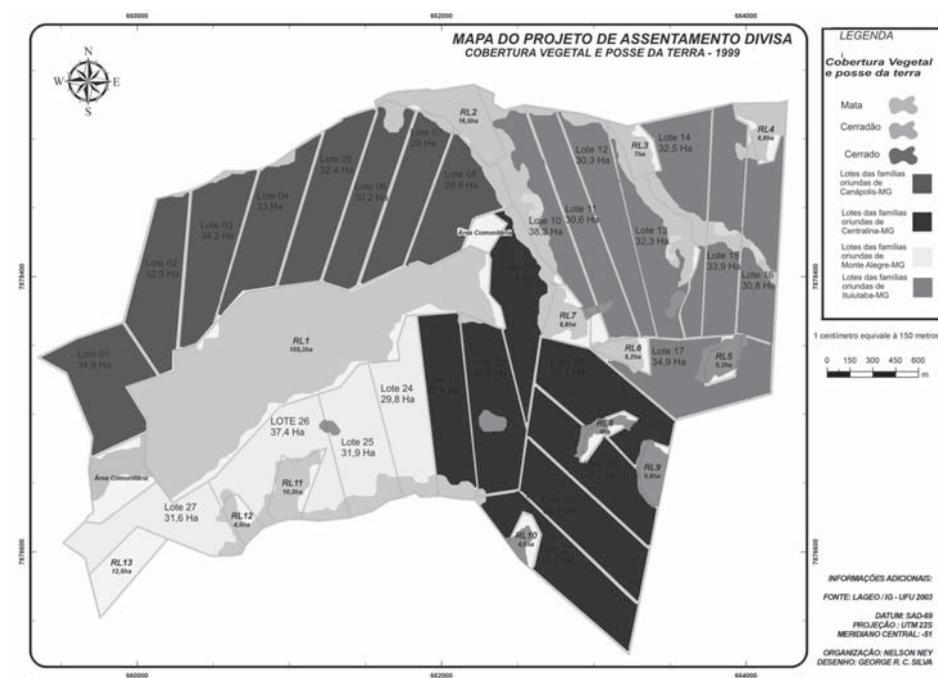
4 Entrevista realizada com o Sr. Airton no dia 08 de Setembro de 2007.

os estudos já realizados, pois busca no conteúdo subjetivo das falas dos sujeitos as razões de se estar ali, morando no assentamento em busca de uma nova vida e trabalhando no coletivo, apesar dos conflitos entre modos de vida.

REFERÊNCIAS

- BERGAMASCO, Sonia M. P. P. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, Leonilde et. al (Org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 225-235
- CLAVAL, Paul. As abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, Iná E. et al. (Org.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____. *A Geografia cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- CORREA, Roberto L. Geografia cultural: passado e futuro – uma introdução. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.
- CRUZ, Nelson N. D. C. *Os espaços dos sujeitos da reforma agrária: práticas produtivas e comerciais do assentamento Bom Jardim – Araguari-MG*. Monografia. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.
- FERREIRA NETO, José A. Racionalidade individual, ação coletiva e a luta pela reforma agrária. In: Reforma Agrária: *Revista da Associação brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. Luta pela terra e desenvolvimento sustentável. Rio Claro, v. 29/30
- FERNANDES, Heloisa R. Violência e modos de vida: os “justiceiros”. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*. v. 4, n. 1 -2, p. 43-52, 1992. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial_2/mostraArtigo.php?id=66>. Acesso em: 26/11/2008.
- LOBO, Elisabeth S. Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*. v. 4, n. 1-2, p. 7-15, 1992. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial_2/mostraArtigo.php?id=64>. Acesso em: 26/11/2008.
- MARTINS, José de S. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- NEVES, Delma P. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis*. Niterói: EDUFF, 1997.
- OLIVEIRA, Roberto C. de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, 1996. Departamento de Antropologia – USP.
- OLIVEIRA, Marcelo L. R. Assentamentos rurais: um espaço em construção de famílias de origem migrante no entorno do distrito federal. In: FEITOSA, Antônio M. A.; ZUBA, Janete A. G.; CLEPS JR, João. *Debaixo da Lona: Tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2006.
- PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História – História e Oral – Projeto História*, São Paulo, n. 22, junho 2001. PUC-SP.
- PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral*. Projeto História. São Paulo, PUC/SP, n.15,1997.
- RAFFESTIN, Claude. O que é território? In: _____. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-163.
- ROMANO, Jorge O. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In: MEDEIROS, Leonilde et. al (Org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 249-258.
- ZIMMERMANN, Neusa de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde et. al (Org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 205-234.

Anexo I



Anexo II

